

3. Estatísticas judiciais*

Actividade geral do Tribunal de Justiça

Quadro 1: Actividade geral do Tribunal de Justiça em 2001

Processos findos

Quadro 2: Espécies de processos
Quadro 3: Acórdãos, pareceres, despachos
Quadro 4: Modo como findaram
Quadro 5: Formação de julgamento
Quadro 6: Fundamento dos pedidos
Quadro 7: Objecto dos processos
Quadro 7 bis: Processos de medidas provisórias: sentido da decisão

Duração dos processos

Quadro 8: Espécies de processos
Gráfico I: Duração dos processos de reenvio prejudicial (acórdãos e despachos)
Gráfico II: Duração das acções e recursos directos (acórdãos e despachos)
Gráfico III: Duração dos recursos de decisões do TPI (acórdãos e despachos)

Processos entrados

Quadro 9: Espécies de processos
Quadro 10: Tipos de acções e recursos directos
Quadro 11: Objecto dos processos
Quadro 12: Acções por incumprimento
Quadro 13: Fundamento dos pedidos

Processos pendentes em 31 de Dezembro de 2001

Quadro 14: Espécies de processos
Quadro 15: Formação de julgamento

Evolução geral da actividade judicial até 31 de Dezembro de 2001

Quadro 16: Processos entrados e acórdãos

*

A entrada em funcionamento, em 1996, de um novo sistema informático de gestão dos processos especiais alterou a apresentação das estatísticas incluídas no Relatório Anual. Para determinados quadros ou gráficos, a substituição impede as comparações com os dados estatísticos relativos aos anos anteriores a 1995.

Quadro 17:	Questões prejudiciais entradas (por Estado-Membro e por ano)
Quadro 18:	Questões prejudiciais entradas (por Estado-Membro e por órgão jurisdicional nacional)

Actividade geral do Tribunal de Justiça

Quadro 1: Actividade geral do Tribunal de Justiça em 2001 ¹

Processos findos	398	(434)
Processos entrados		(504)
Processos pendentes	839	(943)

¹ No presente quadro e nos quadros das páginas que se seguem, os números entre parênteses (*número bruto*) representam o número total de processos *independentemente* das apensações em virtude de conexão (um número de processo = um processo). O *número líquido* representa o número de processos *após* apensação em virtude de conexão (uma série de processos apensos = um processo).

Processos findos

Quadro 2: Espécies de processos

Questões prejudiciais	153	(182)
Acções e recursos directos	178	(179)
Recursos de decisões do TPI	53	(59)
Recursos de decisões do TPI em processos de medidas provisórias e pedidos de intervenção	11	(11)
Pareceres	1	(1)
Processos especiais ¹	2	(2)
Total	398	(434)

¹ Consideram-se «processos especiais»: fixação das despesas (artigo 74.º do Regulamento de Processo); assistência judiciária (artigo 76.º do Regulamento de Processo); oposição a um acórdão (artigo 94.º do Regulamento de Processo); oposição de terceiros (artigo 97.º do Regulamento de Processo); interpretação de um acórdão (artigo 102.º do Regulamento de Processo); revisão de um acórdão (artigo 98.º do Regulamento de Processo); rectificação de um acórdão (artigo 66.º do Regulamento de Processo); penhora (Protocolo relativo aos Privilégios e Imunidades); processos em matéria de imunidades (Protocolo relativo aos Privilégios e Imunidades).

Quadro 3: Acórdãos, pareceres, despachos¹

Espécies de processos	Acórdãos	Despachos com carácter jurisdicional ²	Despachos de medidas provisórias ³	Outros despachos ⁴	Pareceres	Total
Questões prejudiciais	113	17	1	23		154
Acções e recursos directos	111	1	2	66		180
Recursos de decisões do TPI	19	30	2	4		55
Recursos de decisões do TPI em processos de medidas provisórias e pedidos de intervenção			11			11
Subtotal	243	48	16	93		400
Pareceres					1	1
Processos especiais	1	1				2
Subtotal	1	1			1	3
TOTAL	244	49	16	93	1	403

¹ Números líquidos.

² Despachos com carácter jurisdicional que põem termo à instância (inadmissibilidade, inadmissibilidade manifesta...).

³ Despachos proferidos na sequência de um pedido baseado nos artigos 185.º ou 186.º do Tratado CEE (actuais artigos 242.º CE e 243.º CE) ou nos artigos 187.º do Tratado CE (actual artigo 244.º CE) ou ainda nas disposições correspondentes dos Tratados EA e CA (os despachos proferidos na sequência de um recurso *contra* um despacho do TPI num processo de medidas provisórias ou sobre um pedido de intervenção são incluídos na rubrica «Recursos de decisões do TPI», coluna «Despachos com carácter jurisdicional»).

⁴ Despachos que põem termo à instância por cancelamento, inutilidade superveniente da lide ou remessa ao TPI.

Quadro 4: **Modo como findaram**

Modo como findaram	Ações e recursos directos		Questões prejudiciais		Recursos de decisões do TPI		Recursos de decisões do TPI em processos de medidas provisórias e pedidos de intervenção		Processos especiais		Total	
<i>Acórdãos</i>												
Procedência	79	(80)									79	(80)
Procedência parcial	4	(4)							1	(1)	5	(5)
Inadmissibilidade parcial e procedência	1	(1)									1	(1)
Improcedência	23	(23)			15	(20)					38	(43)
Inadmissibilidade e improcedência manifestas de recursos de decisões do TPI					1	(1)					1	(1)
Anulação de decisões do TPI sem remessa					2	(2)					2	(2)
Anulação parcial de decisões do TPI sem remessa					1	(1)					1	(1)
Inadmissibilidade	3	(3)									3	(3)
Acórdão prejudicial			113	(135)							113	(135)
Acórdão interlocutório	1										1	
Total dos acórdãos	111	(111)	113	(135)	19	(24)			1	(1)	244	(271)

(continua) Despatches

Improcedência									1	(1)	1	(1)
Incompetência manifesta			1	(1)							1	(1)
Incompetência manifesta e inadmissibilidade manifesta			2	(2)							2	(2)
Inadmissibilidade	1	(1)									1	(1)
Inadmissibilidade manifesta			2	(2)							2	(2)
Inadmissibilidade manifesta de recursos de decisões do TPI					10	(10)					10	(10)
Inadmissibilidade e improcedência parciais manifestas de recursos de decisões do TPI					1	(1)					1	(1)
Inadmissibilidade e improcedência manifestas de recursos de decisões do TPI					13	(14)					13	(14)
Improcedência de recursos de decisões do TPI							1	(1)			1	(1)
Improcedência manifesta de recursos de decisões do TPI					6	(6)	1	(1)			7	(7)
Anulação de decisões do TPI com remessa							1	(1)			1	(1)
Anulação de decisões do TPI sem remessa							8	(8)			8	(8)
Subtotal	1	(1)	5		30	(31)	11	(11)	1	(1)	48	(49)

(Continua) Cancelamento

Inutilidade superveniente da lide					2	(2)					2	(2)
Artigo 104.º, n.º 3, do Regulamento de Processo			12	(19)							12	(19)
Subtotal	66	(67)	35	(42)	4	(4)					105	(113)
Total dos despachos	67	(68)	40	(47)	34	(35)	11	(11)	1	(1)	153	(162)

(continuação)

Modo como findaram	Acções e recursos directos	Questões prejudiciais	Recursos de decisões do TPI	Recursos de decisões do TPI em processos de medidas provisórias e pedidos de intervenção	Processos especiais	Total
<i>Pareceres</i>						1 (1)
TOTAL	178 (179)	153 (182)	53 (59)	11 (11)	2 (2)	398 (434)

Quadro 5: Formação de julgamento

Formação de julgamento	Acórdãos		Despachos ¹		Total	
Tribunal pleno	27	(33)	2	(2)	29	(35)
Tribunal pleno Formação reduzida	21	(24)			21	(24)
Secções (de 3 juízes)	58	(59)	34	(42)	92	(101)
Secções (de 5 juízes)	138	(155)	13	(13)	151	(168)
Presidente			11	(11)	11	(11)
Total	244	(271)	60	(68)	304	(339)

¹ Com carácter jurisdicional que põem termo à instância (com exclusão dos despachos que põem termo à instância por cancelamento, inutilidade superveniente da lide ou remessa ao TPI).

Quadro 6: Fundamento dos pedidos

Fundamento dos pedidos	Acórdãos/Pareceres		Despachos ¹		Total	
Artigo 226.º CE	80	(81)			80	(81)
Artigo 230.º CE	25	(25)	1	(1)	26	(26)
Artigo 234.º CE	112	(134)	16	(23)	128	(157)
Artigo 238.º CE	4	(4)			4	(4)
Artigo 300.º CE	1	(1)			1	(1)
Artigo 1.º do Protocolo de 1971			1	(1)	1	(1)
Artigo 49.º do Estatuto CE	9	(11)	29	(30)	38	(41)
Artigo 50.º do Estatuto CE			11	(11)	11	(11)
Total Tratado CE	231	(256)	58	(66)	289	(322)
Artigo 33.º CA	1	(1)			1	(1)
Artigo 41.º CA	1	(1)			1	(1)
Artigo 49.º do Estatuto CA	1	(3)	1	(1)	2	(4)
Total Tratado CA	3	(5)	1	(1)	4	(6)
Artigo 91.º do Regulamento de Processo	1				1	
Artigo 94.º do Regulamento de Processo	1	(1)			1	(1)
Protocolo Privilégios e Imunidades						
Estatuto dos Funcionários	9	(10)			9	(10)
TOTAL GERAL	245	(272)	60	(68)	305	(340)

¹

Com carácter jurisdicional que põem termo à instância (com exclusão dos despachos que põem termo à instância por cancelamento, inutilidade superveniente da lide ou remessa ao TPI).

Quadro 7: Objecto dos processos

Objecto dos processos	Acórdãos/Pareceres		Despachos ¹		Total	
Agricultura	28	(30)	7	(7)	35	(37)
Ambiente e consumidores	20	(21)	10	(10)	30	(31)
Aproximação das legislações	15	(17)			15	(17)
Auxílios de Estado	9	(8)			9	(8)
Cidadania europeia	1	(1)	1	(1)	2	(2)
Concorrência	11	(13)	5	(5)	16	(18)
Convenção de Bruxelas			1	(1)	1	(1)
Direito das sociedades	7	(9)	1	(1)	8	(10)
Direito institucional	7	(7)	1	(1)	8	(8)
Fiscalidade	33	(34)	4	(8)	37	(42)
Liberdade de estabelecimento	3	(4)	2	(2)	5	(6)
Livre circulação de capitais	2	(2)			2	(2)
Livre circulação de mercadorias	6	(6)	2	(2)	8	(8)
Livre circulação de pessoas	6	(6)			6	(6)
Livre prestação de serviços	12	(20)	1	(4)	13	(24)
Pauta aduaneira comum	7	(7)			7	(7)
Política social	18	(18)	11	(11)	29	(29)
Política regional			1	(1)	1	(1)
Política comercial	6	(7)	1	(1)	7	(8)
Política industrial	3	(3)			3	(3)
Política da pesca	2	(2)	2	(3)	4	(5)
Princípios do direito comunitário	1	(1)			1	(1)
Propriedade intelectual	1	(1)			1	(1)
Recursos próprios das Comunidades	1	(1)			1	(1)
Relações externas	8	(8)	1	(1)	9	(9)
Segurança social dos trabalhadores migrantes	11	(16)			11	(16)
Transportes	11	(11)			11	(11)
União aduaneira	3	(3)			3	(3)
Tratado CE	232	(256)	51	(59)	283	(315)
Tratado CA	3	(5)	1	(1)	4	(6)
Processo	1	(1)			1	(1)
Privilégios e Imunidades			1	(1)	1	(1)
Estatuto dos Funcionários	9	(10)	7	(7)	16	(17)
Diversos	10	(11)	8	(8)	18	(19)
TOTAL GERAL	245	(272)	60	(68)	305	(340)

¹

Com carácter jurisdicional que põem termo à instância (com exclusão dos despachos que põem termo à instância por cancelamento, inutilidade superveniente da lide ou remessa ao TPI).

Quadro 7 bis: Processos de medidas provisórias: sentido da decisão

Objecto	Número de processos de medidas provisórias	Número de recursos de decisões em processos de medidas provisórias e pedidos de intervenção	Sentido da decisão	
			Inadmissibilidade ou improcedência/Confirmação da decisão impugnada	Procedência/Anulação da decisão impugnada
Adesão de novos Estados	1			1
Ambiente e consumidores		8		8
Direito institucional	1		1	
Concorrência		1	1	
Liberdade de estabelecimento	1	1	2	
Política comercial		1		1
Política social	1		1	
Total Tratado CE	4	11	5	10
Tratado CA	1		1	
Tratado EA				
TOTAL GERAL	5	11	6	10

*Duração dos processos*¹

Quadro 8: Espécies de processos² (acórdãos e despachos de carácter jurisdicional³)

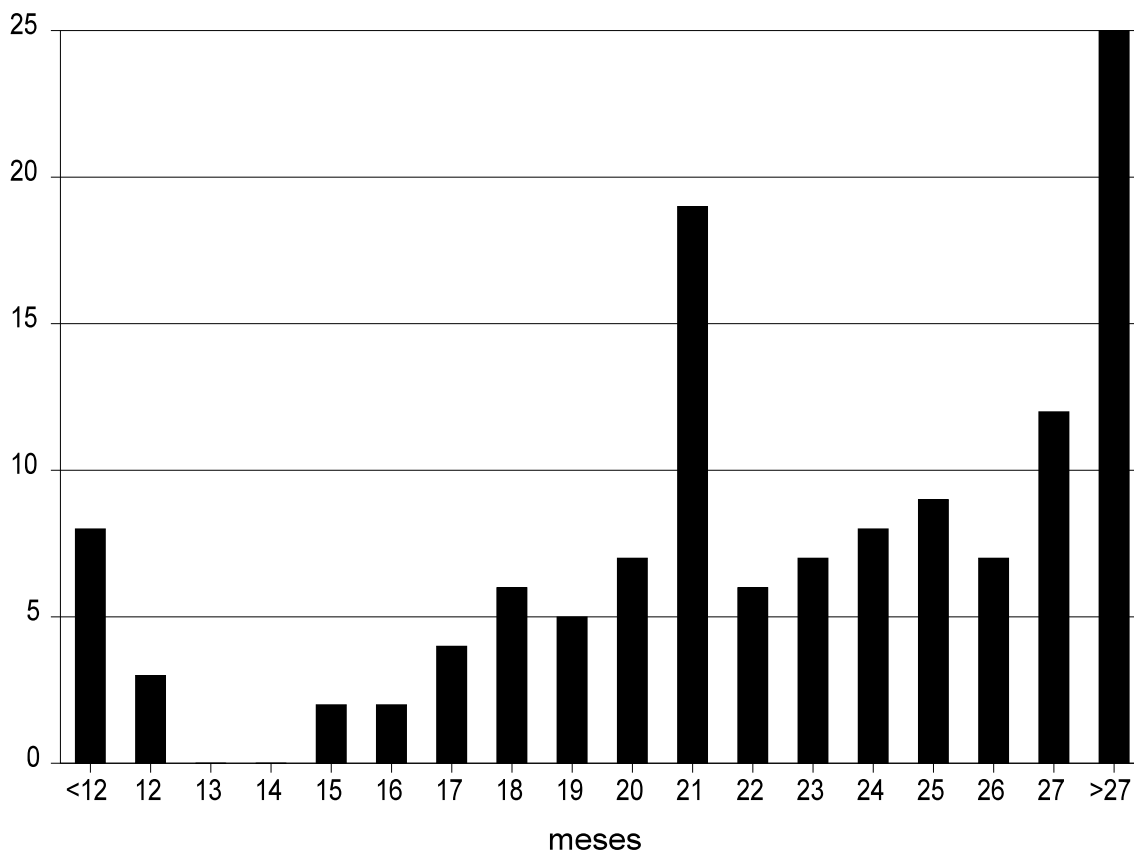
Questões prejudiciais	22,7
Acções e recursos directos	23,1
Recursos de decisões do TPI	16,3

¹ Estão excluídos dos cálculos sobre a duração dos processos: os processos em que foi proferido um acórdão interlocutório ou ordenada uma diligência de instrução; os pareceres e deliberações; os processos especiais (a saber: fixação das despesas, assistência judiciária, oposição a um acórdão, oposição de terceiros, interpretação de um acórdão, revisão de um acórdão, rectificação de um acórdão, processo de penhora e processos em matéria de imunidades); os processos que terminam por um despacho de cancelamento, de inutilidade superveniente da lide, de remessa ou de transferência para o Tribunal de Primeira Instância; os processos de medidas provisórias bem como os recursos de decisões do Tribunal de Primeira Instância em processos de medidas provisórias e sobre pedidos de intervenção.

² Neste quadro e nos gráficos que se seguem, a duração é expressa em meses e décimos de mês.

³ Não inclui os despachos que põem termo à instância por cancelamento, inutilidade superveniente da lide ou remessa ao Tribunal de Primeira Instância.

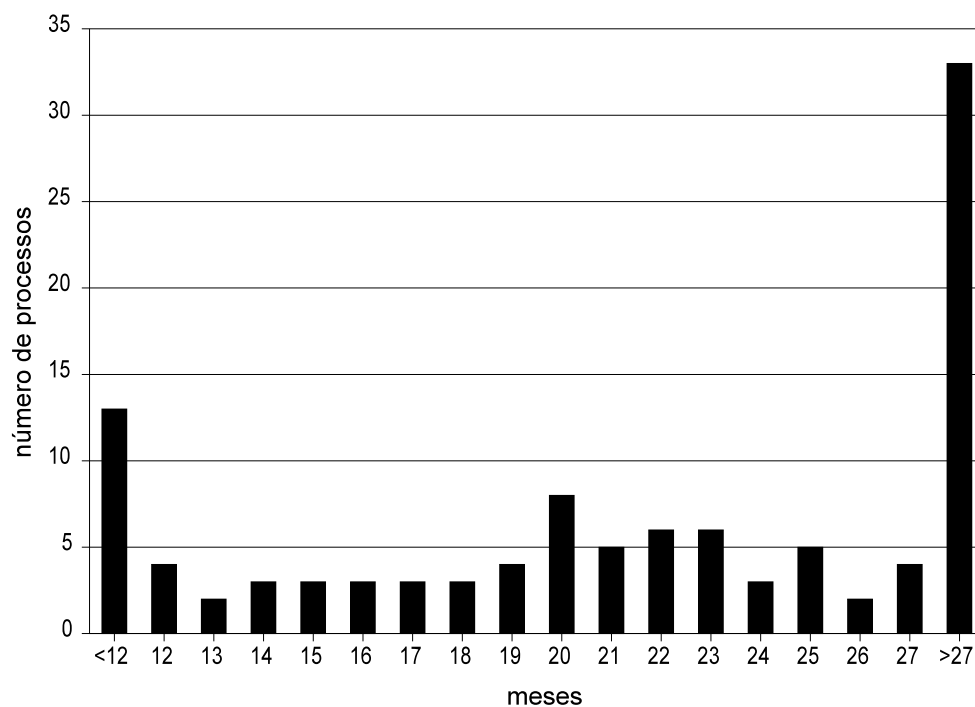
Gráfico I: Duração dos processos de reenvio prejudicial (acórdãos e despachos ¹)



Processos/ Meses	<12	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	> 27
Questões prejudiciais	8	3	0	0	2	2	4	6	5	7	19	6	7	8	9	7	12	25

¹ Trata-se de despachos com carácter jurisdicional, não incluindo os que põem termo à instância por cancelamento, inutilidade superveniente da lide ou remessa ao TPI.

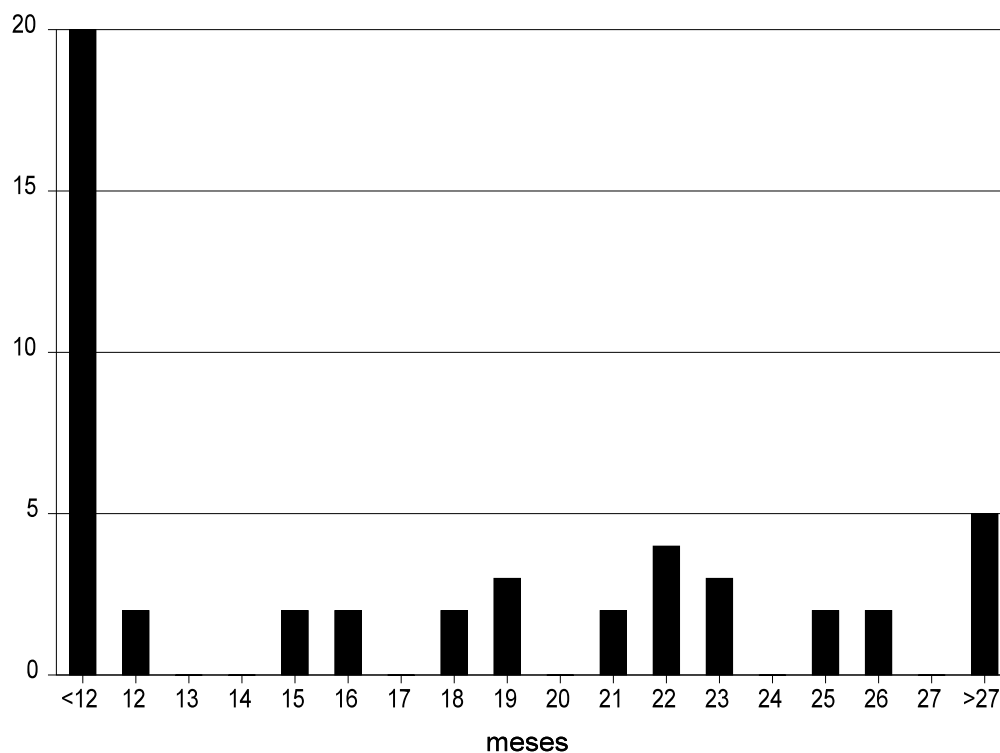
Gráfico II: Duração das acções e recursos directos (acórdãos e despachos ¹)



Processos / Meses	<12	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	> 27
Acções e recursos directos	13	4	2	3	3	3	3	3	4	8	5	6	6	3	5	2	4	33

¹ Trata-se de despachos com carácter jurisdicional, não incluindo os que põem termo à instância por cancelamento, inutilidade superveniente da lide ou remessa ao TPI.

Gráfico III: **Duração dos recursos de decisões do TPI (acórdãos e despachos ¹⁾)**



Processos / Meses	<12	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	>27
Recursos de decisões do TPI	20	2	0	0	2	2	0	2	3	0	2	4	3	0	2	2	0	5

¹ Trata-se de despachos com carácter jurisdicional, não incluindo os que põem termo à instância por cancelamento, inutilidade superveniente da lide ou recurso do TPI.

*Processos entrados*¹

Quadro 9: **Espécies de processos**

Questões prejudiciais	237
Acções e recursos directos	187
Recursos de decisões do TPI	72
Recursos de decisões do TPI em processos de medidas provisórias e pedidos de intervenção	7
Pareceres/Deliberações	
Processos especiais	1
Total	504

¹ Números brutos.

Quadro 10: Tipos de acções e recursos directos

Questões prejudiciais	237
Acções e recursos directos:	187
de anulação	28
por omissão	
de indemnização	
por incumprimento	157
cláusula compromissória	2
diversos	
Recursos de decisões do TPI	72
Recursos de decisões do TPI em processos de medidas provisórias e pedidos de intervenção	7
Pareceres / Deliberações	
Total	503
Processos especiais:	1
assistência judiciária	
fixação das despesas	1
revisão de um acórdão/despacho	
penhora	
oposição de terceiros	
interpretação de um acórdão	
oposição a um acórdão	
Total	1
Pedidos de medidas provisórias	5

Quadro 11: Objecto dos processos ¹

Objecto dos processos	Acções e recursos directos	Questões prejudiciais	Recursos de decisões do TPI	Recursos de decisões do TPI em processos de medidas provisórias e pedidos de intervenção	Total	Processos especiais
Adesão de novos Estados	1				1	
Agricultura	24	19	8		51	
Ambiente e consumidores	49	5		1	55	
Aproximação das legislações	18	45			63	
Auxílios de Estado	5	5	5		15	
Concorrência	5	15	6	4	30	
Convenção de Bruxelas		6			6	
Direito das sociedades	9	15			24	
Direito institucional	5		8		13	
Energia	1				1	
Fiscalidade	8	28			36	
Justiça e Assuntos Internos	1	2			3	
Liberdade de estabelecimento	3	11		1	15	
Livre circulação de capitais		6			6	
Livre circulação de mercadorias	4	7			11	
Livre circulação de pessoas	3	10			13	
Livre prestação de serviços	9	14			23	
Política comercial	3		1	1	5	
Política da pesca	2		2		4	
Política industrial	4				4	
Política social	5	24	3		32	
Princípios de direito comunitário	1	2	1		4	
Privilégios e Imunidades		1			1	
Propriedade intelectual		2	13		15	
Relações externas	2	4	2		8	
Segurança social dos trabalhadores migrantes	1	2			3	
Transportes	15	6	1		22	
União aduaneira	2	7			9	
Tratado CE	180	236	50	7	473	
Tratado CA			6		6	
Tratado EA	7		1		8	
Processos						1
Estatuto dos Funcionários		1	15		16	
Diversos		1	15		16	1
TOTAL GERAL	187	237	72	7	503	1

¹ Sem considerar os processos de medidas provisórias (5).

Quadro 12: Acções por incumprimento ¹

Propostas contra	2001	De 1953 a 2001
Bélgica	13	256
Dinamarca	2	24
Alemanha	13	156
Grécia	15	205
Espanha	15	91 ²
França	20	265 ³
Irlanda	12	123
Itália	21	427
Luxemburgo	10	121
Países-Baixos	5	77
Áustria	7	28
Portugal	7	71
Finlândia	3	8
Suécia	3	8
Reino Unido	11	62 ⁴
Total	157	1 922

¹ Artigos 169.º, 170.º, 171.º, 225.º do Tratado CE (actuais artigos 226.º CE, 227.º CE, 228.º CE e 298.º CE), artigos 141.º, 142.º, 143.º EA e artigo 88.º CA.

² Entre as quais uma acção baseada no artigo 170.º do Tratado CE (actual artigo 227.º CE), proposta pelo Reino da Bélgica.

³ Entre as quais uma acção baseada no artigo 170.º do Tratado CE (actual artigo 227.º CE), proposta pela Irlanda.

⁴ Entre as quais duas acções baseadas no artigo 170.º do Tratado CE (actual artigo 227.º CE), propostas respectivamente pela República Francesa e pelo Reino de Espanha.

Quadro 13: Fundamento dos pedidos

Fundamento dos pedidos	2001
Artigo 213.º CE	
Artigo 226.º CE	147
Artigo 227.º CE	
Artigo 228.º CE	3
Artigo 230.º CE	28
Artigo 232.º CE	
Artigo 234.º CE	231
Artigo 235.º CE	
Artigo 237.º CE	
Artigo 238.º CE	2
Artigo 298.º CE	
Artigo 300.º CE	
Artigo 1.º do Protocolo 1971	6
Artigo 49.º do Estatuto CE	50
Artigo 50.º do Estatuto CE	7
Total Tratado CE	474
Artigo 33.º CA	
Artigo 49.º CA	6
Total Tratado CA	6
Artigo 141.º EA	7
Artigo 50.º do Estatuto EA	1
Total Tratado EA	8
Total	488
Artigo 74.º do Regulamento de Processo	1
Estatuto dos Funcionários	15
Total Diversos	16
TOTAL GERAL	504

Processos pendentes em 31 de Dezembro de 2001

Quadro 14: Espécies de processos

Questões prejudiciais	400	(487)
Acções e recursos directos	326	(334)
Recursos de decisões do TPI	111	(120)
Processos especiais	1	(1)
Pareceres/Deliberações	1	(1)
Total	839	(943)

Quadro 15: Formação de julgamento

Formação de julgamento	Acções e recursos directos		Questões prejudiciais		Recursos de decisões do TPI		Outros processos ¹		Total	
Tribunal pleno	231	(232)	261	(318)	75	(82)	1	(1)	568	(633)
Tribunal pleno Formação reduzida	9	(14)	36	(39)	12	(13)			57	(66)
Subtotal	240	(246)	297	(357)	87	(95)	1	(1)	625	(699)
Presidente do Tribunal de Justiça					3	(3)			3	(3)
Subtotal					3	(3)			3	(3)
Primeira Secção	3	(3)	3	(3)	1	(1)			7	(7)
Segunda Secção	11	(11)	6	(7)	1	(1)			18	(19)
Terceira Secção	4	(4)	2	(2)	1	(1)	1	(1)	8	(8)
Quarta Secção	5	(5)	3	(3)					8	(8)
Quinta Secção	30	(31)	42	(45)	11	(11)			83	(87)
Sexta Secção	33	(34)	47	(70)	7	(8)			87	(112)
Subtotal	86	(88)	103	(130)	21	(22)	1	(1)	211	(241)
TOTAL	326	(334)	400	(487)	111	(120)	2	(2)	839	(943)

1

Abrangendo os processos especiais e pareceres.

Evolução geral da actividade judicial até 31 de Dezembro de 2001

Quadro 16: Processos entrados e acórdãos

Anos	Processos entrados ¹						Acórdãos ²
	Acções e recursos directos ³	Questões prejudiciais	Recursos de decisões do TPI	Recursos de decisões do TPI em processos de medidas provisórias e pedidos de intervenção	Total	Pedidos de medidas provisórias	
1953	4	-			4	-	-
1954	10	-			10	-	2
1955	9	-			9	2	4
1956	11	-			11	2	6
1957	19	-			19	2	4
1958	43	-			43	-	10
1959	47	-			47	5	13
1960	23	-			23	2	18
1961	25	1			26	1	11
1962	30	5			35	2	20
1963	99	6			105	7	17
1964	49	6			55	4	31
1965	55	7			62	4	52
1966	30	1			31	2	24
1967	14	23			37	-	24
1968	24	9			33	1	27
1969	60	17			77	2	30
1970	47	32			79	-	64
1971	59	37			96	1	60
1972	42	40			82	2	61
1973	131	61			192	6	80
1974	63	39			102	8	63
1975	61	69			130	5	78
1976	51	75			126	6	88
1977	74	84			158	6	100
1978	145	123			268	7	97
1979	1 216	106			1 322	6	138
1980	180	99			279	14	132
1981	214	108			322	17	128
1982	216	129			345	16	185
1983	199	98			297	11	151
1984	183	129			312	17	165
1985	294	139			433	22	211
1986	238	91			329	23	174
1987	251	144			395	21	208
1988	194	179			373	17	238
1989	246	139			385	20	188
1990 ⁴	222	141	15	1	379	12	193

						(continua)
Acções e recursos directos ³	Questões prejudiciais	Recursos de decisões do TPI	Recursos de decisões do TPI em processos de medidas provisórias e pedidos de intervenção	Total	Pedidos de medidas provisórias	Anos Processos entrados ¹ Acórdão ²

1 Números brutos, processos especiais excluídos.

2 Números líquidos.

3 Pareceres incluídos.

4 A partir de 1990, os recursos de funcionários são interpostos no Tribunal de Primeira Instância.

1 Números brutos; processos especiais excluídos.

2 Números líquidos.

3 Pareceres incluídos.

(continuação)

1991	142	186	13	1	342	9	204
1992	253	162	24	1	440	4	210
1993	265	204	17		486	13	203
1994	128	203	12	1	344	4	188
1995	109	251	46	2	408	3	172
1996	132	256	25	3	416	4	193
1997	169	239	30	5	443	1	242
1998	147	264	66	4	481	2	254
1999	214	255	68	4	541	4	235
2000	199	224	66	13	502	4	273
2001	187	237	72	7	503	5	244
Total	6 823 ¹	4 618	454	42	11 937	326	5 513

¹

Dos quais, até 31 de Dezembro de 1989, 2 388 são recursos de funcionários.

Quadro 17: Questões prejudiciais entradas ¹
 (por Estado-Membro e por ano)

Anos	B	DK	D	EL	E	F	IRL	I	L	NL	A	P	FIN	S	UK	BENE-LUX	Total
1961	-		-			-		-	-	1							1
1962	-		-			-		-	-	5							5
1963	-		-			-		-	1	5							6
1964	-		-			-		2	-	4							6
1965	-		4			2		-	-	1							7
1966	-		-			-		-	-	1							1
1967	5		11			3		-	1	3							23
1968	1		4			1		1	-	2							9
1969	4		11			1		-	1	-							17
1970	4		21			2		2	-	3							32
1971	1		18			6		5	1	6							37
1972	5		20			1		4	-	10							40
1973	8	-	37			4	-	5	1	6					-		61
1974	5	-	15			6	-	5	-	7					1		39
1975	7	1	26			15	-	14	1	4					1		69
1976	11	-	28			8	1	12	-	14					1		75
1977	16	1	30			14	2	7	-	9					5		84
1978	7	3	46			12	1	11	-	38					5		123
1979	13	1	33			18	2	19	1	11					8		106
1980	14	2	24			14	3	19	-	17					6		99
1981	12	1	41	-		17	-	11	4	17					5		108
1982	10	1	36	-		39	-	18	-	21					4		129
1983	9	4	36	-		15	2	7	-	19					6		98
1984	13	2	38	-		34	1	10	-	22					9		129
1985	13	-	40	-		45	2	11	6	14					8		139
1986	13	4	18	2	1	19	4	5	1	16		-			8		91
1987	15	5	32	17	1	36	2	5	3	19		-			9		144
1988	30	4	34	-	1	38	-	28	2	26		-			16		179
1989	13	2	47	2	2	28	1	10	1	18		1			14		139
1990	17	5	34	2	6	21	4	25	4	9		2			12		141

(continua)
anosBDKDEL
EFIRLILNLAPFINSUKBENE-
LUXTotal

1991	19	2	54	3	5	29	2	36	2	17		3			14		186
1992	16	3	62	1	5	15	-	22	1	18		1			18		162
1993	22	7	57	5	7	22	1	24	1	43		3			12		204
1994	19	4	44	-	13	36	2	46	1	13		1			24		203
1995	14	8	51	10	10	43	3	58	2	19	2	5		6	20		251
1996	30	4	66	4	6	24	-	70	2	10	6	6	3	4	21		256
1997	19	7	46	2	9	10	1	50	3	24	35	2	6	7	18		239
1998	12	7	49	5	55	16	3	39	2	21	16	7	2	6	24		264
1999	13	3	49	3	4	17	2	43	4	23	56	7	4	5	22		255
2000	15	3	47	3	5	12	2	50		12	31	8	5	4	26	1 ²	224
2001	10	5	53	4	4	15	1	40	2	14	57	4	3	4	21		237

¹ Artigos 177.º do Tratado CE (actual artigo 234.º CE), 41.º CA, 150.º EA, Protocolo de 1971.

² Processo C-265/00, Campina Melkunie.

(continuação)

Total	435	89	1 262	63	134	638	42	714	48	542	203	50	23	36	338	1	4 618
-------	-----	----	-------	----	-----	-----	----	-----	----	-----	-----	----	----	----	-----	---	-------

Quadro 18: Questões prejudiciais entradas
(por Estado-Membro e por órgão jurisdicional nacional)

Bélgica		Luxemburgo	
Cour de cassation	51	Cour supérieure de justice	10
Cour d'arbitrage	1	Conseil d'État	13
Conseil d'État	20	Cour administrative	1
Outros órgãos jurisdicionais	363	Outros órgãos jurisdicionais	24
Total	435	Total	48
Dinamarca		Países Baixos	
Højesteret	16	Raad van State	41
Outros órgãos jurisdicionais	73	Hoge Raad der Nederlanden	108
Total	89	Centrale Raad van Beroep	42
Alemanha		College van Beroep voor het Bedrijfsleven	100
Bundesgerichtshof	82	Tariefcommissie	34
Bundesarbeitsgericht	4	Outros órgãos jurisdicionais	217
Bundesverwaltungsgericht	51	Total	542
Bundesfinanzhof	185	Áustria	
Bundessozialgericht	65	Verfassungsgerichtshof	3
Staatsgerichtshof	1	Oberster Gerichtshof	36
Outros órgãos jurisdicionais	874	Bundesvergabeamt	17
Total	1 262	Verwaltungsgerichtshof	32
Grécia		Vergabekontrollsenat	3
Supremo Tribunal	3	Outros órgãos jurisdicionais	112
Conselho de Estado	8	Total	203
Outros órgãos jurisdicionais	52	Portugal	
Total	63	Supremo Tribunal Administrativo	28
Espanha		Outros órgãos jurisdicionais	22
Tribunal Supremo	7	Total	50
Audiencia Nacional	1	Finlândia	
Juzgado Central de lo Penal	7	Korkein hallinto-oikeus	6
Outros órgãos jurisdicionais	119	Korkein oikeus	1
Total	134	Högsta förvaltningsdomstolen	1
França		Outros órgãos jurisdicionais	15
Cour de cassation	63	Total	23
Conseil d'État	23	Suécia	
Outros órgãos jurisdicionais	552	Högsta Domstolen	2
Total	638	Marknadsdomstolen	3
Irlanda		Regeringsrätten	10
Supreme Court	12	Outros órgãos jurisdicionais	21
High Court	15	Total	36
Outros órgãos jurisdicionais	15	Reino Unido	
Total	42	House of Lords	27
Itália		Court of Appeal	23
Corte suprema di Cassazione	72	Outros órgãos jurisdicionais	288
Consiglio di Stato	39	Total	338
Outros órgãos jurisdicionais	603	BENELUX	
Total	714	Cour de justice / Gerechtshof	1 ¹
		Total	1
		TOTAL GERAL	4 618

1 Processo C-265/00, Campina Melkunie.